

II Encontro anual de
INICIAÇÃO 
CIENTÍFICA DA UNESPAR

Agentes religiosos no legislativo municipal de Campo Mourão: articulações entre religião e política

Elaine Leal Jacomel, (G), (PIC-Cnpq),
Unespar/Campus de Campo Mourão, gleal.elaine@hotmail.com
Cristina Satiê de Oliveira Pátaro, Doutora em Educação, (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar
Sociedade e Desenvolvimento – PPGSeD),
Unespar/Campus de Campo Mourão, crispataro@gmail.com
Frank Antonio Mezzomo, Doutor em História, (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar
Sociedade e Desenvolvimento – PPGSeD),
Unespar/Campus de Campo Mourão, Frankmezzomo@gmail.com

Palavras-chave: Agentes religiosos. Religião. Política.

INTRODUÇÃO

A pesquisa tem por objetivo investigar as interrelações entre os campos da religião e da política, com base na atuação de três agentes religiosos do poder legislativo de Campo Mourão/PR no ano de 2013. Buscamos identificar, por meio das proposições¹ produzidas no âmbito da Câmara Municipal, as possíveis relações existentes entre o político e o religioso. Ressaltamos que nossa pesquisa faz parte de um projeto mais amplo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder², de modo que há outras investigações que vêm sendo desenvolvidas concomitantes a esta.

Ao cargo de vereador, Campo Mourão elegeu, no ano de 2012, 13 candidatos para a atuação de mandato que se estende de 2013 a 2016, sendo eles: Dr. Eraldo (PMDB), Antônio Machado (PR), Edilson Martins (PSD), Edson Battilani (PPS), Elvira Lima (PPS), Isidório Moraes (PP), Jorge Pereira (PR), Luiz Alfredo (PTdoB), Nelita Piacentini (PSD), Olivino Custódio (PR), Professor Pedrinho (SDD), Sidnei Jardim (PPS) e Professora Vilma (PT). Dentre os eleitos, três apresentaram, durante a campanha eleitoral, vínculo e apoio explícito de instituição religiosa e, portanto, figuram como centro de nossa investigação. São os chamados agentes religiosos, “candidatos que reivindicaram abertamente a sua condição de líderes religiosos (membros da hierarquia ou participantes ativos de uma religião) ou que se apresentaram como representantes de uma organização religiosa” (ORO, 2001, p. 10). Tratam-se dos seguintes vereadores: Edilson Martins, vinculado à Igreja Assembléia de Deus; Toninho Machado, à Igreja Presbiteriana Renovada; e Olivino Custódio, à Igreja Assembléia de Deus.

Nossa problemática parte do entendimento de que o Estado é laico, não devendo, portanto, privilegiar financeira e legalmente a criação e interpretação de lei que prescrevam noções vinculadas a determinada compreensão ou denominação religiosa. Para tanto, se faz necessário entendermos o

¹ Proposição é toda matéria que é sujeita a deliberação da Câmara dos Vereadores.

² A pesquisa tem por título "Agentes Religiosos no Legislativo Municipal de Campo Mourão", coordenada pelo Professor Frank Antonio Mezzomo, com o apoio do CNPq.

II Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Paranavaí, 25 a 27 de outubro de 2016.

termo em questão. A laicidade denota a separação entre o Estado e a Igreja, ou seja, ambas as instituições devem exercer suas funções separadamente, sem intervenções mútuas (FERREIRA, 2012, p. 1460). Ainda assim, é necessário considerar que os agentes religiosos, as pessoas e, por consequência, os legisladores, são ou podem ser religiosos, ou terem preferências religiosas, o que promove uma aproximação entre política e a religião e seus interesses, mesmo dentro de um estado laico.

A separação entre religião e Estado se deu em paralelo ao movimento de secularização e ao dualismo existente entre os âmbitos público e privado, profano e sagrado. Apesar dessa dinâmica, o imbricamento entre religião e política não pode ser ignorado, pois o vínculo existente nunca se rompeu, apenas foi construído de diferentes maneiras, sem obedecer a uma lógica linear ou ao ditame de leis irresistíveis do desenvolvimento histórico (BURITY, 2001, p. 30).

No Brasil, a atuação de agentes religiosos na política ganhou destaque desde meados da década de 1980, principalmente entre os evangélicos, quando é possível identificar certa dedicação a eleger seus membros para ocuparem vagas, sobretudo no legislativo. A organização política em busca de seus ideais é perceptível quando nos deparamos com a criação no Congresso Nacional da Frente Parlamentar Evangélica (FPE), criada em 2003, sendo composta por senadores, deputados federais, e também por ex-parlamentares (membros colaboradores). Os membros da FPE se autodeclararam evangélicos e, em sua maioria, afirmam ter uma ação política perpassada por essa identidade religiosa. A composição da Frente é majoritariamente de parlamentares vinculados a partidos identificados como de direita e de cunho conservador. (SOUZA, 2015, p. 1263).

Ao longo da primeira metade do século XX, até final da década de 1970, os evangélicos não se viam junto à política, mas se auto-excluíaam dessa esfera, tida como mundana e diabólica. O mote “crente não se mete em política” (PIERUCCI, 1996, p. 163) aos poucos dá lugar à política do “irmão vota em irmão”, que passou a se fortalecer a partir da década de 1980 (SYLVESTRE, 1986). A atuação de parcela significativa dos parlamentares evangélicos tem sido marcada pela defesa dos interesses das instituições religiosas que representam, pela defesa do que denominam de moral cristã, pela luta contra o que interpretam como ameaça à liberdade religiosa etc. (SOUZA, 2015, p. 1274). Essas questões tangenciam e ajudam a contextualizar nossa pesquisa, uma vez que insere a problemática em sintonia com outras discussões que vem sendo desenvolvida no cenário nacional.

Em paralelo às leituras bibliográficas realizadas, passamos a fazer o levantamento, organização e leitura dos materiais empíricos dispostos para análise, que são as Moções³, os Requerimentos⁴, as Indicações⁵, os Projetos de Lei⁶ e Projetos de Resolução⁷ propostos pelos

³ Moção é “a manifestação política de aprovação ou reprovação [...] sobre determinado ato ou fato de alta significação [...], de ordem filantrópica, econômica, política, administrativa, esportiva, cultural, religiosa ou profissional, que direta ou indiretamente tenha contribuído para incentivar, melhorar ou restringir o exercício de direitos, responsabilidades e atividades” (CAMPO MOURÃO. Resolução nº 47. Regimento Interno da Câmara Municipal de Campo Mourão, 28 dez. 1990).

⁴ Os requerimentos são todos os pedidos endereçados ao presidente da câmara ou ao plenário por um ou mais vereadores. Excetuando-se aqueles que tratam sobre o andamento específico da sessão parlamentar, os

II Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Paranavaí, 25 a 27 de outubro de 2016.

vereadores analisados junto à Câmara Municipal de Campo Mourão. Para obtenção da documentação, realizamos um primeiro contato junto à Câmara Municipal, apresentando o projeto de pesquisa e solicitando acesso ao material produzido pelos três vereadores. Acessamos inicialmente as ementas, espécie de síntese das matérias, e posteriormente as proposições digitalizadas.

O material disposto foi separado por tabela e por candidato, apresentando os conteúdos dos documentos, o dia do protocolo, o encaminhamento/parecer, as justificativas e o número do protocolo, para facilitar a visualização das ações dos vereadores. Feita a separação, iniciamos a leitura, buscando identificar quais conteúdos apresentados nos documentos poderiam evidenciar interrelações entre as esferas política e religiosa.

DISCUSSÕES

As representações identificadas nas falas e documentos dos candidatos analisados é um discurso cristão, a partir do qual se autodenominam evangélicos pentecostais, dois deles assembleianos e um presbiteriano. Buscamos identificar quem são os três vereadores⁸, suas trajetórias no campo político e religioso, suas possíveis influências e relações.

Edilson Martins foi eleito com 1.428 votos, é membro e músico da Igreja Assembléia de Deus. Mourãoense, formado em Gestão Pública, casado, tem 2 filhos, faz parte do PSD, coligação PSD-PSL, sendo filho do ex-vereador Salvador Martins (eleito por dois mandatos). Já foi secretário de saúde, diretor de governo, gestor de contratos e convênios junto à Caixa Econômica Federal e chefe de gabinete da Prefeita Regina Dubay, no ano de 2011. Em 2012, colocou seu nome à disposição para ser o candidato a representar a Igreja Assembléia de Deus no poder legislativo de Campo Mourão. Após votação dos membros eclesiais que compõem o corpo de obreiros da Igreja, Edilson Martins foi eleito como candidato oficial com 99% dos votos. Essa constatação corrobora a afirmação de Trevisan (2013), para quem os evangélicos pentecostais, em crescente expansão populacional, elegem vereadores, com atuação marcada pela intervenção das lideranças religiosas e que passam a auxiliar diretamente na indicação e eleição de candidatos. No caso do candidato Edilson Martins, a Igreja formou uma comissão para contribuir na divulgação de seu nome, considerando que a participação

requerimentos solicitam voto de pesar, reformulações de parecer das comissões, arquivamento ou inclusão em ata de documento, renúncia e solicitação de comissão especial. Destacamos que os requerimentos de voto de louvor ou congratulações estão sujeitos a deliberação do plenário (CAMPO MOURÃO. Resolução nº 47. Regimento Interno da Câmara Municipal de Campo Mourão, 28 dez. 1990).

⁵ As indicações são solicitações “de interesse público, cuja iniciativa legislativa ou execução administrativa seja competência do Poder Executivo” (CAMPO MOURÃO. Resolução nº 47. Regimento Interno da Câmara Municipal de Campo Mourão, 28 dez. 1990).

⁶ Os projetos de lei de competência do legislativo versam sobre o planejamento urbano, orçamento municipal, questões referentes à infraestrutura do município e de seu patrimônio, a manifestação dos munícipes e atribuições do vice-prefeito (CAMPO MOURÃO. Resolução nº 47. Regimento Interno da Câmara Municipal de Campo Mourão, 28 dez. 1990).

⁷ Os projetos resolução são propostos por no mínimo dois terços dos vereadores e “destinam-se a regular matéria da competência privativa da Câmara e as de caráter político processual, legislativo ou administrativo” (CAMPO MOURÃO. Resolução nº 47. Regimento Interno da Câmara Municipal de Campo Mourão, 28 dez. 1990).

⁸ Parte das informações foram obtidas por meio de entrevistas realizadas em outras pesquisas do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

II Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Paranavaí, 25 a 27 de outubro de 2016.

ativa de seus membros eclesiais em defesa da candidatura contribuiria para que o candidato, quanto eleito, trabalhasse em defesa de preservar os chamados valores cristãos.

O vereador Toninho Machado foi eleito com 685 votos. Faz parte do corpo de obreiros da Igreja Presbiteriana Renovada, atuando como presbítero. É casado, tem 3 filhos, é natural de Iretama e residente em Campo Mourão desde 1978. Funcionário público (vigilante), concluiu o Ensino Médio, e é vinculado ao PR (Partido Republicano). Em 2008, já havia se candidatado, ficando como suplente, afirmando em 2012 obter apoio de várias Igrejas evangélicas, mas não como candidato oficial da Igreja Presbiteriana Renovada a qual participa. Para Toninho Machado, a base religiosa deu suporte à sua candidatura.

Olivino Custódio foi eleito com 654 votos. É membro da Igreja Assembléia de Deus, natural de Campo Mourão, casado, tem 4 filhos, possui Ensino Médico, é funcionário público e membro do PR (Partido Republicano). Antes de 2012, já havia sido eleito em outros mandatos, recebendo apoio individual de membros de Igrejas evangélicas. Olivino Custódio dispôs seu nome para ser o candidato oficial da Igreja Assembléia de Deus em 2012, porém, sem êxito, não conseguiu o apoio do corpo de obreiros que, por meio de votação, escolheu seu candidato. Mesmo não sendo candidato oficial da Igreja pertencente, Olivino Custódio candidatou-se ao Legislativo Municipal, travando uma disputa com Edilson Martins (candidato oficial), dividindo o apoio dos fiéis, já que os dois são membros da mesma Igreja.

Após breve identificação dos três vereadores, partimos para análise das proposições de cada um deles, conforme objetivo de nossa pesquisa. O Quadro 1, a seguir, apresenta a quantidade de documentos elaborados pelos três vereadores em 2013.

Quadro 1: Proposição dos vereadores no ano de 2013.

Vereador:	Edilson Martins	Toninho Machado	Olivino Custódio
Proposições			
Projeto de Lei	05	13	02
Projeto de Resolução	16	18	17
Indicação	98	114	33
Moção	09	05	06
Requerimento	34	85	29
Total	262	235	87

Fonte: Dados da Pesquisa

Considerando os levantamentos realizados, foi possível identificar que o vereador Edilson Martins, ao longo do ano de 2013, propôs 9 Moções de congratulações a entidades e munícipes. As Indicações apresentadas por Edilson Martins totalizam 98, sendo que 74 referem-se a recape asfáltico e 24 são referentes a vagas de estacionamentos específicos, limpeza de terreno, iluminação pública, sinalização, redutores de velocidade, realização de Show Gospel, readequação do calçadão da Igreja

II Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Paranavaí, 25 a 27 de outubro de 2016.

Católica. Foram identificados, também, 5 Projetos de Lei, sendo 3 para nomear unidades de saúde, um para instituir o dia do evangélico no município e outro para nomear o teatro municipal⁹, este feito em conjunto com os demais vereadores. Em relação aos Projetos de Resolução, 16 foram feitos durante o ano, sendo 12 para conceder o título de cidadão honorário a algumas pessoas da cidade, dois para conceder a comenda “10 de Outubro”¹⁰, sendo um para a Catedral Diocesana São José de Campo Mourão e outro para a ACICAM¹¹. Outros dois Projetos para alterar regimento e revogar uma resolução.

Em análise do material de Toninho Machado, identificou-se que o mesmo propôs 5 Moções no ano de 2013, 4 delas em conjunto com os demais vereadores, homenageando o Juiz Sr. Rui Antônio Cruz, o Corpo de Bombeiros, o professor Éder Stela e o Sr. Adalberto Gouveia, sendo feita no mês de maio uma Moção de repúdio, que foi enviada ao Senhor Henrique Eduardo Alves, Presidente da Câmara dos Deputados, pela manifestação contrária à PEC 37-A/2011, que atenta contra o regime democrático da cidadania do Estado de Direito. Já as Indicações apresentadas por Toninho Machado totalizam 114 pedidos, tais como: limpeza em terrenos, melhorias na saúde, no aeroporto, nas praças; abertura de ruas, solicitação de ambulâncias, comemoração no “Dia Cívico”, “Dia da Bíblia”, recuperação de quadras esportivas, placas de sinalização, solicitação de contratação de funcionários municipais e melhorias nos asfaltos da cidade. Os Projetos de Lei totalizam 13, sendo 7 para nomear lugares públicos, tais como unidades de saúde, 5 declarando algumas instituições como utilidade pública (Rotary, Associação dos escritores, o Instituto Salvando Vidas). Os Projetos de Resolução foram 18, dos quais 17 foram feitos em conjuntos com os demais vereadores, sendo congratulações e titulação de cidadão honorário e uma comenda “10 de Outubro” dada ao clube Órion¹².

Nos materiais dispostos sobre o trabalho do vereador Olivino Custódio, foram encontradas 6 Moções durante o ano de 2013, 4 já citadas anteriormente, feitas em conjunto com os demais vereadores, e duas de sua autoria única, sendo uma Moção de apoio à Deputada Luiza Erundina (PSB-SP), pela iniciativa de melhoria da saúde bucal da população, dispondo um Kit de higienização à população de baixa renda; e outra Congratulação feita à atleta Glenda Lis Ribeiro, de Campo Mourão, que se sagrou campeã paranaense de judô. Suas Indicações no ano de 2013 totalizam 33 pedidos, constando melhorias na sinalização, academias para a terceira idade, limpeza, iluminação pública, área de lazer, criação de unidades de saúde e reparos asfálticos. Foram feitos, também, 2 Projetos de Lei solicitando a nomeação de espaços públicos (biblioteca e auditório do teatro) e 17 Projetos de Resolução feitos em conjunto com os demais vereadores da Câmara.

⁹ Ficou instituído o nome do auditório do teatro municipal de Arquiteto Rubens Gonçalves de Paula, em homenagem ao Arquiteto e Urbanista Rubens Gonçalves de Paula que desempenhou sua profissão em Campo Mourão desde 1991 à frente de Projetos para o desenvolvimento do município.

¹⁰ A comenda “10 de outubro” é destinada a homenagear empresas ou instituições públicas, credoras de gratidão e reconhecimento do povo mourãoense. O título desta honraria é alusiva a data comemorativa da emancipação político-administrativa do município.

¹¹ Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão.

¹² Clube dos Desbravadores, “Organização que busca ajudar jovens e juvenis trabalhando na área física, mental e espiritual.”

II Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Paranavaí, 25 a 27 de outubro de 2016.

Considerando os levantamentos e catalogação realizados, foi possível observar que a preocupação maior dos vereadores em questão, apresentadas pelas Proposições, está em trazer benefícios comuns à comunidade. A título de exemplificação, é possível visualizar que, ao todo, foram feitos 116 pedidos de recape asfáltico, quase 20% de todas as demandas dos três vereadores. Encontramos também 27 pedidos para melhorias na iluminação pública. Já dentre as Moções, constam 19 congratulações, homenageando pessoas que, de alguma forma, são influentes no município, como comerciantes, empresários e autoridades.

Em meio a tantas proposições, em alguns momentos, nos deparamos com pedidos que demonstram certa preocupação com a questão religiosa. No Quadro 2, é possível visualizar a quantidade de pedidos feitos pelos vereadores no ano de 2013 relacionados à religião.

Quadro 2: Proposições relacionados as questões religiosas, feitas pelos vereadores no ano de 2013.

Vereador:	Edilson Martins	Toninho Machado	Olivino Custódio
Proposições			
Indicação	2	4	-
Moção	1	-	-
Projeto de Lei	1	-	-
Total	4	4	-

Fonte: Dados da Pesquisa

Nas proposições elaboradas pelo vereador Olivino Custódio no ano de 2013, não foram encontrados pedidos que diziam respeito especificamente à questão religiosa. Já nos documentos elaborados pelo vereador Toninho Machado, podemos destacar 4 Indicações, descritas a seguir. No dia 15 de fevereiro de 2013, o vereador apresentou um pedido para que fosse disponibilizado no site, do Portal da Prefeitura Municipal, todos os alvarás de funcionamento dos locais de reuniões, como igrejas e outros, com nomes e endereços, além da data de expedição das licenças. No dia 5 de março, fez um pedido para que fosse implantado redutor de velocidade na Avenida Jacutinga, nas proximidades da Igreja Assembleia de Deus, no Jardim Tropical II, um bairro periférico do município de Campo Mourão. De acordo com a justificativa apresentada pelo vereador, a reivindicação exposta era uma antiga aspiração dos moradores residentes naquela localidade, pois o local é frequentado por muitos pedestres. Outro pedido, feito no dia 6 de maio, solicitou a implantação de postes republicanos em frente a todas as igrejas evangélicas de Campo Mourão, para que tais localidades venham ser bem iluminadas. Neste pedido, é visível a preocupação com os fiéis, sendo ainda que, em sua justificativa, o vereador requer que seja dada ciência do teor desta Indicação ao Senhor Presidente da OPECAM¹³ – Ordem dos Pastores Evangélicos de Campo Mourão, indicando que, já que o pedido foi feito pela

¹³ Ordem no sentido de “Organização” de pastores.

II Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Paranavaí, 25 a 27 de outubro de 2016.

instituição responsável pelas igrejas evangélicas no município, seria interessante que os mesmos recebessem retorno quanto à solicitação feita.

No dia 17 de setembro, Toninho Machado indica que se viabilize a realização de eventos comemorativos alusivos ao "Dia do Ecumenismo Religioso" e ao "Dia da Bíblia", comemorados no 2º domingo de dezembro. A Indicação recebe parecer favorável, ficando instituído para o 2º domingo de dezembro, no âmbito do Município, o "Dia do Ecumenismo Religioso". O documento destaca que todas as entidades religiosas sediadas no município poderão participar com palestras, cultos, exposições, atividades esportivas e recreativas, a fim de incentivar a unificação e harmonia religiosa na comunidade.

Ao nos depararmos com uma Indicação que visa comemorar uma ação religiosa, percebemos que, com o passar do tempo, a religião não desaparece da esfera pública, ao contrário, se recompõe com novos fenômenos e representações (MEZZOMO; PÁTARO; BONINI, 2014, p. 272). E, ainda que possamos falar em laicidade – ou, segundo Pierucci (2012), na secularização do Estado como ordem jurídica¹⁴ –, compreendemos que é possível identificar, na esfera política, alguns agentes que, de alguma forma, buscam expor os conceitos religiosos no qual proferem da sua fé, como forma de solução para as dificuldades sociais.

Edilson Martins protocolou, no ano de 2013, 2 Indicações, uma Moção e um Projeto de Lei nos quais podemos identificar vínculos com a questão religiosa. A primeira Indicação foi protocolada no dia 4 de abril de 2013, solicitando a realização de Show Gospel com artistas conhecidos nacionalmente, em dia pré-definido, durante a 23ª Festa Nacional do Carneiro no Buraco¹⁵. Segundo o vereador, a solicitação se daria devido ao elevado número de Cristãos (evangélicos e católicos) na cidade de Campo Mourão, e considerando que, por falta de opções, os jovens do município, em geral, necessitavam se deslocar para Maringá e outras cidades para participarem de atividades de entretenimento e formação como shows de caráter Gospel. Vale ressaltar que, de acordo com Giumbelli:

O termo Gospel remete aos Estados Unidos, onde designa um gênero musical específico, o qual, por sua vez, está vinculado a marcadores étnicos. Mas no Brasil se desenvolveu um sentido distinto: música com temática cristã, passando por gêneros muito variados (rock, rap, reggae, pagode etc).[...] Em suma, o gospel parece representar um campo no qual evangélicos exploram uma relação positiva com a cultura, mesmo que nessa relação possam ser reconhecidos vetores de tensão.

¹⁴ Ao argumentar em favor da ideia de secularização, Pierucci defende que o ponto central do debate não deve girar em torno da *secularização da vida das pessoas*, ou da chamada *secularização cultural*, mas afirma que “só teremos a ganhar, tanto no plano teórico quanto no prático, se voltarmos a pensar que a secularização que importa em primeiro lugar – a secularização que nos concerne imediatamente, seja enquanto estudiosos, seja principalmente enquanto cidadãos-sujeitos-de-direitos empenhados em preservar e ampliar as liberdades civis e políticas de cada um e de todos ‘sob o domínio da lei’ num ‘Estado democrático de direito’, interessados praticamente, portanto, e não só teoricamente, na observância universalizada de leis revisáveis porque não mais divinamente reveladas –, a secularização que importa antes de tudo, repito, é a secularização do Estado como ordem jurídica.” (PIERUCCI, 2012, p. 90)

¹⁵ Feira Agropecuária, Comercial e Industrial do município de Campo Mourão. Festa Nacional que reúne pessoas de diversos lugares do país, onde é servido o prato típico do município.

II Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Paranavaí, 25 a 27 de outubro de 2016.

O gospel é constituído como parte do campo das manifestações artísticas, mas ao mesmo tempo produz efeitos em termos do modo de vida pelo qual os evangélicos se identificam. (GIUMBELLI, 2014, p. 12).

Segundo o vereador, a Indicação do Show Gospel na Festa Nacional do Carneiro do Buraco, em Campo Mourão, justifica-se entendendo que o mesmo atrairia não apenas o público mourãoense, mas também pessoas de várias cidades do Estado, dando a entender que a atividade religiosa em questão, além de satisfazer aos cristãos, contribuiria com o turismo e conseqüentemente com a economia da cidade.

No dia 19 de junho, Edilson Martins sugeriu que fosse readequado o calçadão do Santuário Nossa Senhora Aparecida na Vila Urupês¹⁶, nos itens conforme segue: Manutenção nos postes republicanos (pintura e troca de lâmpadas); colocação de dois novos postes; e readequação dos bancos de concreto instalados em frente ao Santuário. A solicitação se justificaria devido a inúmeras reclamações por parte dos moradores da Vila Urupês, considerando que o templo é frequentado por um grande número de fiéis de Campo Mourão e também de toda a região. Ao nos depararmos com uma solicitação de benfeitorias a uma Igreja Católica, feita por um político denominado evangélico, percebemos que o pluralismo religioso evidencia a diversidade de crenças, que, em alguns momentos, podem se unir em defesa de seus interesses. O pluralismo religioso no Brasil, isto é, o reconhecimento legal da diversidade de cultos e a garantia de liberdade religiosa é o resultado de um longo debate político-científico em torno daquilo que o Estado (e a sociedade) podiam legitimamente reconhecer e aceitar como “prática religiosa” (MONTERO, 2009, p.10). Apesar das práticas religiosas constituírem diferenças, neste caso, não impede que um vereador evangélico protocole uma solicitação em benefício de outra instituição religiosa divergente da sua.

No dia 11 de março, Edilson Martins apresentou ainda um projeto de resolução visando conceder, ao Pastor Cerino José Barbosa, o título de cidadão honorário de Campo Mourão, obtendo apoio dos demais vereadores. Em 21 de maio, apresentou um projeto de lei para a instituição do “Dia do Evangélico”, a ser comemorado anualmente no segundo sábado do mês de novembro de cada ano. De acordo com o autor do projeto, o mesmo deverá constar no calendário oficial do Município, devendo ser incentivado pelo poder executivo em parceria com as igrejas e entidades evangélicas. Percebemos, nesse sentido, que há certa preocupação em subsidiar aqueles que contribuíram para a eleição dos candidatos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa se dispôs a analisar os documentos produzidos no âmbito da Câmara Municipal de Campo Mourão no ano de 2013, referentes ao trabalho de três vereadores: Edilson Martins, Toninho Machado e Olivino Custódio. A partir da análise feita, foi possível concluir que religião e política estão interligadas, sendo que dois dos vereadores em questão lutam em favor das causas sociais, mas

¹⁶ Bairro próximo ao centro de Campo Mourão.

II Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Paranavaí, 25 a 27 de outubro de 2016.

não deixam de pautar em suas demandas questões atinentes à institucionalidade religiosa. A “ambição dos cristãos evangélicos é somente, com raras exceções, constituir um grupo de pressão eficaz para defender seus interesses institucionais e os princípios morais no sentido amplo, e de se fazerem ouvir no debate público” (MARTIN, 2001, p. 63-64).

Compreendermos, por meio da análise feita, que os vereadores, ao se preocuparem em instituir um dia denominado “Dia do Evangélico”, já demonstram a importância que a religião tem para os mesmos. Podem possuir pensamentos divergentes quando se trata de assuntos partidários, mas podem ao mesmo tempo se unir em favor de um ideal cristão. Denotam a preocupação, quando prezam pela boa iluminação no caminho até se chegar às Igrejas, se comprometem em prestar contas dos seus pedidos a líderes religiosos. Há preocupação em garantir o apoio das instituições religiosas, tendo em vista que as mesmas podem reelegê-los se os candidatos lutarem por seus ideais. De acordo com Burity “os partidos e candidatos que não levam em consideração os grupos religiosos (leia-se evangélicos) em seu discurso e estratégia correm sério risco de se complicarem ou inviabilizarem eleitoralmente” (BURITY, 1997, p. 46). No entanto, não podemos afirmar que deixam de se preocupar com as demais questões que perpassam o religioso.

É possível identificar, por meio dos documentos analisados, que a participação evangélica na política não se vincula apenas a uma causa. Os agentes religiosos atuam em favor de seus ideais religiosos, mas não deixam de se preocupar com as benfeitorias que o município necessita. Além disso, é necessário considerar que as ações dos vereadores não estão isentos de conflitos, dissensos, disputas entre doutrina da Igreja, projetos ideológicos e interesses dos partidos políticos (DUARTE, 2012, p. 69), uma vez que, em alguns casos, as ações em favor de interesses partidários nem sempre acompanham o pensamento religioso (ou vice-versa), gerando um conflito entre o político e religioso.

Vale destacar que 2013 foi o primeiro ano do mandato dos três vereadores, portanto, acredita-se que a preocupação dos candidatos em solicitar melhorias para o município e não em lutarem apenas por uma causa possa ser intencional. A luta em favor de apenas um ideal não seria viável àqueles que necessitam de apoio da população em geral para manterem em seus cargos nas próximas eleições. Afinal, como esclarece Machado, “Para atuarem na esfera pública, os grupos religiosos necessitam cada vez mais lançarem mão de mecanismos de participação definidos pelas instituições políticas e jurídicas.” (MACHADO, 2012, p. 19).

REFERÊNCIAS

BURITY, Joanildo. **Identidade e Política no Campo Religioso**. Recife: IPESPE. Editora Universitária/UFPE, 1997.

BURITY, Joanildo A. *Religião e Política na Fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica*. **Rever** (PUCSP), São Paulo, v1, n.4. p.1-11, 2001.

CAMPO MOURÃO. Resolução n. 47, de 28/dez/1990. **Regimento Interno da Câmara Municipal de Campo Mourão**.

II Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Paranavaí, 25 a 27 de outubro de 2016.

DUARTE, Tatiane dos Santos. A participação da Frente Parlamentar Evangélica no Legislativo Brasileiro: Ação política e vocação religiosa. **Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, ano 14, n. 17, p. 53-76, Jul. 2012.

FERREIRA, Ismael de Vasconcelos. Pentecostalismo e secularização: da rigidez doutrinária ao pluralismo religioso. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 10, n. 28, p. 1458-1472, out./dez. 2012.

GIUMBELLI, Emerson. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. **Religião e Sociedade**. Rio de Janeiro, v. 2, p.80-101, 2008.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Religião, Cultura e Política. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 601-630, 2012.

MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira; BONINI, Lara Grigoletto. Religião e política nas eleições ao legislativo municipal de Campo Mourão, Paraná. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 15, n. 25, p. 271-289, jan./jun. 2014.

MONTERO, Paula. **Secularização e espaço público: a reinvenção do pluralismo religioso no Brasil**. Miscelânea, v.13, 2009.

ORO, Ari Pedro. Religiões e eleições em Porto Alegre: um comparativo entre 2000 e 2004. **Debates do NER**, Porto Alegre, v. 5, n. 6, p. 9-34, dez. 2004.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na constituinte. In: PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo (org.). **A realidade social das religiões no Brasil**: religião, sociedade e política. São Paulo: Hucitec, 1996.

PIERUCCI, Antônio Flávio. O crescimento da liberdade religiosa e o declínio da religião tradicional: a propósito de censo 2010. **Anuan**, São Paulo, v.1, p. 87-96, nov.2012.

SYLVESTRE, Josué. **Irmão vota em irmão**: os evangélicos, a Constituinte e a Bíblia. Brasília: Pergaminho, 2006.

SOUZA, Sandra Duarte de. Mulheres evangélicas na política: tensionamentos entre o público e o privado. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 13, n. 39, p. 1261-1295, jul./set. 2015.

TREVISAN, Janine. A Frente Parlamentar Evangélica: Força política no estado laico brasileiro. **Numen**: revista de estudos e pesquisa da religião, Juiz de Fora, v. 16, n. 1, p. 581-609, 2013.